

Sumário

Nota do autor à 9. ^a edição	9
1. Matizes ideológicos do Processo Penal e a constante busca do equilíbrio	43
2. As fontes do Processo Penal, sua leitura normativa e a interpretação no Processo Penal.....	51
2.1. Noções gerais.....	51
2.2. Leitura Normativa (Constituição Federal, Tratados e Legislação extravagante) – o controle de convencionalidade.....	52
2.2.1. Constituição Federal, Tratados e o Código de Processo Penal.....	53
2.3. Fontes do Processo Penal	55
2.3.1. Fontes materiais do Direito Processual Penal.....	56
2.3.2. Fontes formais do Direito Processual Penal	57
2.4. Formas de interpretação e integração do sistema processual penal	59
2.4.1. Interpretação extensiva	60
2.4.2. Analogia e interpretação analógica.....	60
2.4.3. Princípios gerais do Direito	62
2.5. Controle de convencionalidade	63
3. Sistemas processuais penais.....	69
3.1. Sistema – noção e importância.....	69
3.2. Sistema inquisitivo.....	72
3.3. Sistema acusatório	75
3.4. Sistema misto.....	79
3.5. Sistema acusatório e pacote anticrime.....	81
3.6. Sistema acusatório e inquisitivo vs. sistema adversarial e inquisitorial e conclusões finais.....	82
4. Princípios do Processo Penal	85
4.1. Princípios – noção e importância	85
4.2. Princípio da ampla defesa	86

4.2.1.	Autodefesa	87
4.2.1.1.	Autodefesa e acusado estrangeiro	88
4.2.2.	Defesa técnica	89
4.3.	Princípio do acesso à justiça criminal	92
4.4.	Princípio do contraditório	94
4.5.	Princípio do devido processo legal	96
4.6.	Princípio da dignidade da pessoa humana	99
4.7.	Princípio do duplo grau de jurisdição (duplo grau de jurisdição voluntário, duplo grau de jurisdição mínimo ou princípio do controle hierárquico)	101
4.8.	Princípio da duração razoável do processo	103
4.8.1.	Origem	103
4.8.2.	Noção e critérios	104
4.9.	Princípio da economia processual	105
4.10.	Princípio da iniciativa das partes	105
4.11.	Princípio do impulso oficial	106
4.12.	Princípio da isonomia	106
4.13.	Princípio do juiz natural (princípio do juiz legal, do juiz constitucional, da naturalidade do juiz)	107
4.14.	Princípio da lealdade processual (princípio da probidade ou da boa-fé)	109
4.15.	Princípio da motivação das decisões	110
4.16.	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>)	111
5.	A aplicação da lei processual penal	113
5.1.	Sistemas de solução de conflito de leis processuais no tempo	113
5.2.	Exceções legais ao princípio do <i>tempus regit actum</i>	114
5.3.	Exceções admitidas pela doutrina e pela jurisprudência	115
5.4.	Lei processual penal no espaço	117
6.	Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar	121
6.1.	Investigação preliminar: noção e formas	122
6.1.1.	Investigação preliminar por Comissão Parlamentar de Inquérito	122

6.1.2.	A investigação pelo Ministério Público.....	123
6.1.3.	A investigação no Juizado Especial Criminal.....	127
6.1.4.	Inquérito Civil.....	127
6.1.5.	A investigação defensiva.....	127
6.2.	As várias polícias existentes no Brasil e suas funções.....	129
6.2.1.	Polícia Federal.....	131
6.2.2.	Demais polícias e Detetive Particular.....	133
6.3.	Inquérito policial.....	135
6.3.1.	Noção e natureza jurídica.....	135
6.3.2.	Características.....	136
6.3.2.1.	Procedimento escrito.....	137
6.3.2.2.	Procedimento sigiloso.....	137
6.3.2.3.	Procedimento indisponível.....	141
6.3.2.4.	Procedimento obrigatório.....	141
6.3.2.5.	Procedimento dispensável.....	142
6.3.2.6.	Caráter discricionário da investigação.....	142
6.3.2.7.	Caráter inquisitivo.....	143
6.3.2.7.1.	Defesa obrigatória no inquérito policial.....	144
6.3.2.8.	Caráter oficial.....	147
6.3.2.9.	Caráter oficioso.....	147
6.3.2.10.	Caráter transitório.....	147
6.3.3.	Finalidade do inquérito policial e destinatários.....	147
6.3.4.	A presidência do inquérito policial.....	148
6.3.4.1.	Avocação e redistribuição do inquérito policial.....	149
6.3.5.	O valor probatório do inquérito.....	150
6.4.	Início do inquérito policial.....	152
6.4.1.	<i>Notitia criminis</i>	152
6.4.1.1.	<i>Delatio criminis</i> inqualificada e a instauração do inquérito policial.....	154
6.4.1.2.	<i>Whistleblower</i>	154

6.4.2.	Requerimento do ofendido ou de seu representante legal.....	156
6.4.3.	Requisição do Juiz ou do Ministério Público	156
6.4.4.	Diferença entre requisição e requerimento	157
6.4.5.	Auto de prisão em flagrante.....	158
6.4.6.	De ofício – Portaria	158
6.4.7.	Início do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal de iniciativa privada.....	158
6.4.8.	O princípio da obrigatoriedade e a instauração do inquérito policial.....	159
6.5.	Desenvolvimento do inquérito policial	160
6.5.1.	Reprodução simulada dos fatos.....	160
6.5.2.	Prazo para a conclusão do inquérito.....	161
6.5.2.1.	Cômputo do período de prisão temporária	165
6.5.3.	Incomunicabilidade do indiciado preso	166
6.5.4.	Indiciamento.....	167
6.5.4.2.	Condutas a serem tomadas com o indiciamento e as modalidades de indiciamento	168
6.5.5.	A identificação criminal.....	169
6.5.5.1.	Regras que regem o tema e abrangência dos atos	169
6.5.5.2.	Hipóteses de identificação criminal	170
6.5.5.3.	Identificação criminal e o uso do material em outras investigações: o caderno de fotos e a cadeia de custódia.....	174
6.5.6.	Indiciado menor – nomeação de curador	175
6.5.7.	Irregularidades no inquérito e suas repercussões.....	175
6.5.8.	Requisição administrativa.....	176
6.5.9.	Meios de obtenção de prova e teoria do juízo aparente (o problema envolvendo as autoridades com prerrogativa de função).....	177
6.5.10.	Meios de obtenção de prova: os artigos 13-A e 13-B do CPP e investigação digital em fontes abertas.....	178
6.6.	O encerramento do inquérito policial	182
6.6.1.	Encerramento do inquérito policial nos crimes de ação penal de iniciativa privada.....	183

6.6.2.	Encerramento nos casos envolvendo ação penal de iniciativa pública.....	183
6.6.3.	Arquivamento do inquérito policial.....	186
6.6.3.1.	Modalidades de arquivamento.....	188
6.6.3.2.	Recorribilidade do arquivamento.....	189
6.6.3.3.	Arquivamento de ofício pelo Poder Judiciário.....	190
6.6.4.	Desarquivamento do inquérito policial.....	191
6.7.	Técnicas especiais de investigação e a investigação digital em fontes abertas.....	192
6.8.	A investigação: crises e transformações do modelo vigente.....	196
6.9.	Juiz das garantias.....	197
6.9.1.	Noções gerais e (in)constitucionalidade.....	197
6.9.2.	Competência e repercussões processuais.....	198
7.	Ação penal e pressupostos processuais.....	205
7.1.	Considerações iniciais.....	205
7.2.	Classificação da ação penal.....	206
7.3.	Teorias da ação: de onde viemos e para onde vamos.....	210
7.4.	Condições da ação penal e pressupostos processuais.....	212
7.4.1.	Noções gerais.....	212
7.4.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	214
7.4.3.	Interesse de agir.....	216
7.4.4.	Possibilidade jurídica do pedido.....	217
7.4.5.	Justa causa para a ação penal.....	218
7.4.6.	A teoria da “prospettazione”, ou teoria da asserção ou teoria da afirmação.....	220
7.4.7.	Condições específicas da ação penal ou condições de procedibilidade, condições objetivas de punibilidade, escusas absolutórias e condições de prosseguibilidade.....	221
7.4.8.	A originalidade como condição da ação.....	222
7.4.9.	Pressupostos processuais.....	222

7.5.	Ação penal de iniciativa pública incondicionada	225
7.5.1.	Noção e identificação	225
7.5.2.	Princípios	225
7.5.3.	Legitimidade ativa	230
7.5.4.	Veículo	230
7.6.	Ação penal pública condicionada	231
7.6.1.	Noção e identificação	231
7.6.2.	Princípios	231
7.6.3.	Legitimidade	231
7.6.4.	Veículo	231
7.6.5.	Representação	232
7.6.5.1.	Noção e natureza jurídica da representação	232
7.6.5.2.	Legitimado ativo	232
7.6.5.2.1.	Sucessão processual	234
7.6.5.3.	Destinatários da representação	236
7.6.5.4.	Prazo da representação	236
7.6.5.5.	Aspecto formal: a forma da representação	237
7.6.5.6.	Retratação da representação	237
7.6.5.7.	Não vinculação da representação	238
7.6.6.	Requisição do Ministro da Justiça	238
7.6.7.	Consequências da falta de representação ou de requisição e o problema da desclassificação do crime	240
7.7.	Ação penal de iniciativa privada	241
7.7.1.	Noção, espécies e identificação	241
7.7.2.	Princípios	241
7.7.3.	Legitimidade ativa	243
7.7.3.1.	Sucessão processual	244
7.7.4.	Veículo	244
7.7.5.	Aspecto temporal – O prazo para o oferecimento da queixa-crime....	244
7.7.6.	Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima	247

7.7.7.	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública ou Supletiva	247
7.7.8.	Os óbices ilegítimos à propositura da ação penal de iniciativa privada e a Defensoria Pública	250
7.8.	Denúncia e queixa-crime	250
7.8.1.	Requisitos	250
7.8.1.1.	Imputação genérica e imputação geral, imputação implícita e imputação alternativa	252
7.8.1.2.	Requisito especial da queixa-crime	255
7.8.2.	Prazo para oferecimento da denúncia e da queixa-crime	257
7.8.3.	Aditamento da denúncia	259
7.8.4.	Aditamento da queixa-crime	260
7.9.	Extinção da punibilidade	262
7.10.	Ação penal em espécie	266
7.10.1.	Lei Maria da Penha e as ações penais a ela relativas	267
7.10.2.	Crimes contra a dignidade sexual	269
7.10.3.	Crimes contra a honra	271
7.10.4.	Crimes de trânsito – Lei 9503/97	272
7.10.5.	Estelionato	272
8.	Ação civil	275
8.1.	Considerações gerais	275
8.2.	Sistemas existentes quanto à influência da ação penal na ação civil	275
8.3.	Dos efeitos da sentença penal condenatória transitada em julgado	278
8.4.	Efeitos civis da sentença penal absolutória e da sentença que declara extinta a punibilidade e outras questões	283
8.5.	Legitimidade do Ministério Público	289
9.	Competência	291
9.1.	Noções gerais e definição	291
9.2.	Classificação e espécies de competência	293
9.3.	Garantia do juiz natural	298
9.3.1.	Garantia do juiz natural e modificações posteriores da competência por lei	301

9.3.2.	Garantia do juiz natural e juiz sem rosto	302
9.3.3.	Garantia do juiz natural e mutirões do CNJ	303
9.3.4.	Garantia do juiz natural e criação de vara especializada.....	304
9.4.	Princípio do <i>kompetenz-kompetenz</i>	304
9.5.	Os critérios de determinação de competência do Código de Processo Penal e os critérios de concretização da competência	305
9.6.	Competência internacional.....	306
9.7.	Competência por prerrogativa de função (competência originária ou foro privilegiado)	306
9.7.1.	Prerrogativa de função e competência em razão da matéria	314
9.7.2.	Prerrogativa de função e concurso de agentes	314
9.7.3.	Renúncia de mandato e competência originária	316
9.8.	Competência constitucional de justiça especializada	316
9.9.	Competência da Justiça Federal	323
9.9.1.	Generalidades	323
9.9.2.	Justiça Federal e contravenções penais – art. 109, inc. IV, da CF/1988.....	326
9.9.3.	Justiça Federal e Crime Político – art. 109, inc. IV, da CF/1988	326
9.9.4.	Justiça Federal e os Crimes Praticados contra a União – art. 109, inc. IV da CF/1988	327
9.9.5.	Justiça Federal e Crimes Transnacionais – art. 109, inc. V	332
9.9.6.	Incidente de deslocamento da competência – art. 109 – inc. V-A e § 5.º do art. 109	335
9.9.7.	Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira – art. 109, inc. VI	336
9.9.8.	<i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança em matéria criminal – art. 109, incs. VII e VIII.....	338
9.9.9.	Crimes cometidos a bordo de navio ou de aeronave – art. 109, inc. IX.....	339
9.9.10.	Crimes de Ingresso ou permanência irregular de estrangeiro – art. 109, inc. X	340

9.9.11.	Crimes decorrentes de disputa sobre direitos indígenas – art. 109, inc. XI	340
9.9.12.	Competência da Justiça Federal – Outrôstópicos (atos infracionais, Jecrim Federal e execução penal)	342
9.9.13.	A competência da Justiça Estadual	343
9.10.	Competência territorial	344
9.10.1.	Competência territorial – regra geral do art. 70 do CPP	344
9.10.1.1.	Exceções à regra geral do art. 70	345
9.10.2.	Foro Supletivo – A competência pelo domicílio ou residência do réu	347
9.10.3.	Alguns casos especiais de competência territorial segundo a jurisprudência	347
9.11.	Competência de juízo – Natureza da infração, distribuição, prevenção	350
9.12.	Causas de modificação da competência – Conexão e continência	352
9.12.1.	Hipóteses de conexão	353
9.12.2.	Hipóteses de continência	355
9.12.3.	Consequências da conexão e da continência	356
9.12.4.	Foro prevalente	359
9.12.5.	Prorrogação de competência	360
10.	Das questões e processos incidentes	361
10.1.	Noções gerais	361
10.2.	Questões prejudiciais	363
10.2.1.	Definição, distinção com preliminares, características e natureza jurídica	363
10.2.2.	Classificações	365
10.2.2.1.	Questões prejudiciais homogêneas e heterogêneas	365
10.2.2.2.	Questões prejudiciais não devolutivas e devolutivas	366
10.2.2.3.	Questões prejudiciais obrigatórias e facultativas	367
10.2.3.	Sistemas de solução da questão prejudicial	367
10.2.4.	Questão prejudicial obrigatória	368
10.2.5.	Questão prejudicial facultativa	370

10.3.	Exceções.....	372
10.3.1.	Generalidades.....	372
10.3.2.	Exceção de suspeição, impedimento ou incompatibilidade.....	374
10.3.2.1.	Generalidades.....	374
10.3.2.2.	Hipóteses de cabimento.....	376
10.3.2.3.	Legitimados ativos.....	376
10.3.2.4.	Procedimento.....	377
10.3.2.5.	Recurso.....	380
10.3.2.6.	Suspeição do membro do Ministério Público, serventuários da justiça, jurados e autoridade policial.....	380
10.3.3.	Exceção de incompetência de juízo.....	382
10.3.3.1.	Generalidades.....	382
10.3.3.2.	Legitimados para opor a exceção.....	382
10.3.3.3.	Procedimento da exceção.....	383
10.3.4.	Demais exceções: ilegitimidade de parte, litispendência e coisa julgada.....	384
10.3.5.	Restituição de coisas apreendidas.....	386
10.3.5.1.	Generalidades.....	386
10.3.5.2.	Requisitos.....	386
10.3.5.3.	Autoridades que podem decidir sobre a restituição, procedimento e meios de impugnação.....	387
10.3.6.	Incidente de falsidade.....	388
10.3.6.1.	Generalidades.....	388
10.3.6.2.	Procedimento.....	390
10.3.7.	Incidente de insanidade mental do acusado.....	391
10.3.7.1.	Generalidades: legitimados e cabimento.....	391
10.3.7.2.	Procedimento.....	392
10.3.7.3.	Inimputabilidade e processo penal.....	393
10.4.	Medidas assecuratórias (medidas cautelares reais).....	395
10.4.1.	Considerações gerais.....	395
10.4.2.	Sequestro.....	400

10.4.2.1.	Bens e finalidade.....	400
10.4.2.2.	Requisitos do sequestro, momento e legitimidade.....	400
10.4.2.3.	Levantamento.....	401
10.4.2.4.	Defesa.....	403
10.4.2.5.	O sequestro na hipótese de Crime Contra a Fazenda Pública – Dec.-lei 3.240/1941.....	405
10.4.3.	Especialização de Hipoteca Legal.....	406
10.4.3.1.	Bens, finalidade e momento.....	406
10.4.3.2.	Requisitos e procedimento.....	407
10.4.3.3.	Cancelamento e defesa.....	408
10.4.4.	Arresto.....	408
10.4.4.1.	Bens, finalidade e requisitos.....	408
10.4.4.2.	Revogação, levantamento e defesa.....	410
10.4.5.	Quadro-resumo.....	410
11.	Provas no Processo Penal.....	411
11.1.	Prova: importância e acepções do vocábulo.....	412
11.2.	Meios de prova, meios de pesquisa, elementos de prova, fontes de prova, objeto da prova e procedimento probatório: noções.....	415
11.2.1.	Procedimento probatório e direito à prova.....	419
11.2.1.1.	Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório ou as almas do contraditório.....	420
11.2.1.2.	Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova.....	420
11.3.	Princípios aplicáveis à prova.....	421
11.3.1.	Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	421
11.3.2.	Princípio da aquisição ou comunhão de prova.....	422
11.3.3.	Princípio da oralidade.....	422
11.3.4.	Princípio da verdade real.....	423
11.3.5.	Princípio da liberdade probatória.....	424
11.3.6.	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>).....	424

11.3.7.	Princípio da presunção de inocência	427
11.3.8.	Princípio da audiência contraditória	430
11.4.	Ônus da prova	430
11.5.	Poderes instrutórios do juiz	431
11.6.	Prova emprestada	432
11.6.1.	A prova emprestada e seu valor probatório	433
11.6.2.	Prova emprestada e crimes da competência do júri	434
11.7.	Natureza das normas jurídicas sobre prova: superação da dualidade entre normas materiais e normas processuais	434
11.8.	Sistemas de apreciação das provas	437
11.8.1.	Sistema da íntima convicção (certeza moral do juiz)	437
11.8.2.	Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada)	438
11.8.3.	Sistema do livre convencimento (persuasão racional, convencimento racional)	439
11.9.	Limites ao direito à prova	440
11.10.	Prova ilícita	441
11.10.1.	Prova ilícita – Sistema pré-2008	441
11.10.1.1.	Prova ilícita e prova ilegítima – consequências no sistema pré-2008	443
11.10.2.	Prova ilícita – noção e efeitos no sistema pós-2008	443
11.10.2.1.	O juiz contaminado	446
11.10.3.	Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita	447
11.10.3.1.	Exceção de boa-fé	447
11.10.3.2.	Exceção de impugnação	448
11.10.3.3.	Exceção de erro inócuo	448
11.10.3.4.	Limitações quanto à legitimidade para requerer a exclusão da prova	449
11.10.3.5.	Princípio da proporcionalidade	449
11.10.3.6.	Prova ilícita <i>pro reo</i>	450

11.10.3.7. Teoria da visão ampla – <i>Plain View Doctrine</i>	452
11.10.3.8. Teoria dos campos abertos e das buscas particulares – <i>Open Fields Doctrine</i> e <i>Private Searches Doctrine</i>	453
11.11. Prova ilícita por derivação – A teoria dos frutos da árvore envenenada	455
11.11.1. Teoria da fonte independente	456
11.11.2. Exceção da descoberta inevitável (teoria da fonte hipotética inde- pendente)	457
11.11.3. Teoria do nexocausal atenuado (teoria da contaminação expurgada ou conexão atenuada ou vício diluído)	459
11.12. Prova típica e atípica: noção	460
11.13. Provas típicas e atípicas: distinção com conceitos afins (prova anômala, prova irritual e prova nominada)	466
11.14. Do exame do corpo de delito e das perícias em geral – Arts. 158 a 184 do CPP	470
11.14.1. Noções gerais	470
11.14.2. Terminologia	471
11.14.3. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito	471
11.14.4. Modalidades de exame de corpo de delito	473
11.14.5. Peritos – Generalidades	474
11.14.5.1. Classificação dos peritos	475
11.14.5.2. A exigência da realização do exame por um perito – Análise histórica e atual	475
11.14.5.3. Ausência de peritos oficiais	476
11.14.6. Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos	477
11.14.7. Indicação de assistentes técnicos	477
11.14.8. Realização da perícia	479
11.14.9. Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório ..	481
11.14.10. Autópsia	481
11.14.11. Exumação	481
11.14.12. Exame de local de crime	482

11.14.13. Exame de delito e lesões corporais	482
11.14.14. Exames laboratoriais	483
11.14.15. Exames nos crimes cometidos com destruição/rompimento de obstáculo ou escalada	483
11.14.16. Laudo de avaliação	483
11.14.17. Exame de local de incêndio	483
11.14.18. Exame grafotécnico	484
11.14.19. Exame dos instrumentos do crime	485
11.14.20. Perícias não previstas em lei	485
11.14.21. Cadeia de custódia	487
11.15. Interrogatório	492
11.15.1. Noção e natureza jurídica	492
11.15.2. Obrigatoriedade do interrogatório e direito ao silêncio	493
11.15.3. Condução coercitiva em caso de ausência do réu	495
11.15.4. Interrogatório da pessoa jurídica	495
11.15.5. Local do interrogatório	496
11.15.6. Características do interrogatório	499
11.15.7. O procedimento do interrogatório e seu conteúdo	499
11.15.7.1. O momento do interrogatório na audiência	499
11.15.7.2. Providências preparatórias	500
11.15.7.3. O ato do interrogatório	500
11.15.7.4. Qualificação e advertência prévia do interrogatório	501
11.15.7.5. Início do interrogatório e suas modalidades	502
11.15.7.6. Modalidades especiais de interrogatório	505
11.15.8. Renovação do interrogatório	506
11.16. Confissão	506
11.16.1. Noção, natureza jurídica e fonte	506
11.16.2. Espécies de confissão	507
11.16.3. Requisitos da confissão	507

11.16.4.	Características da confissão	508
11.16.5.	Valor da confissão	508
11.17.	Ofendido	509
11.17.1.	Noção e natureza jurídica	509
11.17.2.	Procedimento e contraditório	510
11.17.2.1.	O ofendido e o falso testemunho	510
11.17.3.	Diferenças entre testemunha e vítima	511
11.17.4.	Valor probatório das declarações do ofendido	511
11.17.5.	Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido	511
11.18.	Prova Testemunhal	515
11.18.1.	Noções gerais	515
11.18.2.	Natureza jurídica, legitimados, valor	517
11.18.3.	Classificação das testemunhas	517
11.18.4.	Procedimentos em relação à testemunha (momento para arrolar, desistência e substituição de testemunha)	519
11.18.5.	Deveres da testemunha	520
11.18.6.	Número máximo de testemunhas	522
11.18.7.	Procedimento para a produção da prova testemunhal – <i>Direct</i> e <i>cross examination</i> – a nova forma de colheita da prova oral	522
11.18.8.	Capacidade de ser testemunha	525
11.19.	Reconhecimento de pessoas e coisas	528
11.19.1.	Noção, natureza jurídica e espécies	528
11.19.2.	Procedimento para o reconhecimento	529
11.19.3.	Reconhecimento coletivo ou em grupo	532
11.19.4.	Reconhecimento fotográfico	532
11.20.	Acareação	537
11.20.1.	Noção, natureza jurídica e momento	537
11.20.2.	Pressupostos da acareação	537
11.20.3.	Sujeitos da acareação	538

11.20.4. Procedimento da acareação.....	539
11.20.5. Valor probatório da acareação e obrigatoriedade	539
11.21. Documentos.....	540
11.21.1. Noção e classificação.....	540
11.21.2. Produção da prova documental	541
11.21.3. Limitação à produção da prova documental.....	542
11.21.4. O juiz e a produção da prova documental.....	542
11.21.5. Documentos estrangeiros e validade do documento particular	542
11.21.6. Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos	543
11.22. Indícios.....	543
11.22.1. Generalidades e noção	543
11.22.2. Indícios e presunções.....	544
11.22.3. Valor probatório dos indícios	544
11.23. As provas atípicas no sistema processual brasileiro: uso e generalidades do procedimento probatório.....	545
11.23.1. Liberdade probatória, provas atípicas e seus limites	547
11.23.2. Procedimento probatório modelo nas provas atípicas e seu valor ...	552
11.24. Meios de obtenção de prova (meios de pesquisa).....	555
11.24.1. Busca e apreensão	556
11.24.1.1. Generalidades e natureza jurídica.....	556
11.24.1.2. Objeto da busca	557
11.24.1.3. Busca domiciliar	558
11.24.1.4. Busca pessoal	563
11.24.1.5. Busca em veículo e em celular	564
11.24.1.6. Busca em escritório de advocacia e em prédio.....	567
11.24.1.7. Serendipidade (encontro fortuito de provas, crime achado) ...	568
12. Dos atores processuais (os sujeitos do processo)	571
12.1. Noções gerais.....	571

12.2.	Juiz.....	572
12.2.1.	Forma de seleção de magistrados.....	574
12.2.2.	Funções desenvolvidas pelo juiz no Direito Processual Penal.....	575
12.2.3.	O Código de Ética da Magistratura.....	576
12.2.4.	Suspeição, impedimento e incompatibilidades dos juízes.....	577
12.3.	Ministério Público.....	582
12.3.1.	Forma de seleção de promotores.....	584
12.3.2.	Funções do Ministério Público.....	584
12.3.3.	Impedimentos e incompatibilidades dos promotores.....	585
12.4.	Autoridade Policial.....	586
12.5.	Acusado.....	587
12.5.1.	Autodefesa, defesa técnica e os direitos daí decorrentes.....	587
12.5.2.	Revelia.....	587
12.6.	Defesa técnica.....	589
12.6.1.	Defensor Particular.....	590
12.6.2.	Defensor Público.....	590
12.6.2.1.	Forma de seleção de defensores.....	590
12.6.2.2.	Funções da Defensoria Pública.....	591
12.6.2.3.	Impedimentos e incompatibilidades dos defensores públicos.....	592
12.7.	Ofendido.....	594
12.7.1.	Ofendido como assistente de acusação.....	594
13.	Medidas cautelares pessoais.....	597
13.1.	Teoria geral das medidas cautelares pessoais.....	598
13.1.1.	Considerações gerais e espécies.....	598
13.1.2.	Características das medidas cautelares.....	602
13.1.3.	Medidas cautelares pessoais – os princípios norteadores da Constituição Federal e do Pacto de São José da Costa Rica.....	608
13.1.3.1.	Princípio da Presunção de Inocência.....	608
13.1.3.2.	Princípio da Duração Razoável do Processo.....	610

13.1.4.	Critérios gerais e procedimento modelo para aplicação das medidas cautelares pessoais segundo o CPP	613
13.1.4.1.	Necessidade, adequação, proporcionalidade e o critério de subsidiariedade da prisão preventiva – Art. 282, I e II e § 6º	614
13.1.4.2.	Cumulatividade	618
13.1.4.3.	Atuação do juiz e sistema acusatório	619
13.1.4.4.	Contraditório prévio	621
13.1.4.5.	Consequências do descumprimento das medidas cautelares pessoais	622
13.2.	Prisão	623
13.2.1.	Considerações gerais	623
13.2.2.	Classificações (prisão processual, cautelar, provisória e medida precautelar)	623
13.2.3.	Princípios constitucionais e convencionais sobre a prisão cautelar	625
13.2.4.	Imunidades Prisionais	640
13.2.5.	Tempo e local da prisão: o período em que pode ser feita a prisão e o local em que poderá ser efetuada	647
13.2.6.	Mandado de prisão – arts. 285 a 289-A <i>red notice</i> (difusão vermelha) ...	649
13.2.6.1.	Prisão, perseguição e a proteção ao domicílio de terceiros	652
13.2.7.	Prisão Especial, Prisão em Sala do Estado Maior e Prisão do Índio	653
13.3.	Prisão em flagrante	655
13.3.1.	Noção, natureza jurídica e fases do flagrante	655
13.3.2.	Sujeitos ativo e passivo do flagrante	656
13.3.3.	Modalidades de flagrante do Código de Processo Penal	656
13.3.4.	Modalidades de flagrante criados pela doutrina e jurisprudência – flagrante preparado, flagrante esperado e flagrante forjado	659
13.3.5.	Modalidades de flagrante previstos em leis especiais (flagrante retardado, diferido, ou ação controlada e entrega vigiada)	661
13.3.6.	Formalidades do auto de prisão em flagrante	662
13.3.6.1.	Atuação do juiz ao receber o flagrante	665

13.3.7.	Flagrantes em algumas modalidades de crimes (permanente, habitual, ação penal privada, ação penal pública condicionada).....	666
13.4.	Prisão preventiva – prisão preventiva <i>strictu sensu</i>	667
13.4.1.	Considerações gerais.....	667
13.4.2.	Momento para a decretação da prisão preventiva.....	669
13.4.3.	Legitimidade para o requerimento e atuação do juiz	669
13.4.4.	Legitimidade para o decreto de prisão preventiva.....	670
13.4.5.	O cabimento da prisão preventiva – Classificação dos requisitos e as diversas posições	670
13.4.6.	Pressupostos positivos e negativos da prisão preventiva	675
13.4.7.	Fundamentos da prisão preventiva	679
13.4.7.1.	Garantia da ordem pública	679
13.4.7.2.	Garantia da ordem econômica.....	682
13.4.7.3.	Conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.....	682
13.4.8.	Condições de admissibilidade da prisão preventiva.....	683
13.4.9.	Relaxamento e revogação da prisão preventiva	685
13.5.	Prisão temporária	686
13.5.1.	Cabimento da prisão temporária	686
13.5.2.	Momento da prisão temporária e motivação da decisão.....	688
13.5.3.	Prazo de duração da prisão temporária e prorrogação	689
13.5.4.	Conversão da prisão temporária em prisão preventiva	691
13.6.	Medida substitutiva da prisão preventiva – Prisão domiciliar.....	691
13.7.	Medidas diversas da prisão (medidas alternativas à prisão)	695
13.8.	Liberdade provisória.....	704
13.8.1.	Considerações gerais.....	704
13.8.2.	Liberdade provisória: modalidades e limites	706
13.8.3.	Liberdade provisória obrigatória	707
13.8.4.	Liberdade provisória vedada	707

13.8.5. Liberdade provisória possível	710
13.8.6. Liberdade provisória possível – A liberdade provisória sem fiança ...	710
13.8.6.1. Procedimento para a concessão da liberdade provisória sem fiança e cumulação com outras cautelares	713
13.8.7. Liberdade provisória com fiança	713
13.8.7.1. Comentários gerais	713
13.8.7.2. Fiança pelo delegado	714
13.8.7.3. Arbitramento da fiança	714
13.8.7.4. Procedimento da fiança	716
13.8.7.5. Deveres decorrentes da fiança	716
13.8.7.6. Perda, quebra, cassação e reforço da fiança	716
14. Teoria geral dos procedimentos e atos processuais	719
14.1. Premissas	720
14.2. Considerações gerais	720
14.3. Espécies de procedimentos e fluxograma do procedimento comum ordi- nário	723
14.4. Recebimento da denúncia	726
14.4.1. Quantidade de recebimentos da denúncia	726
14.4.2. Motivação no recebimento da denúncia	727
14.4.3. <i>Emendatio libelli</i> e recebimento da denúncia	728
14.4.4. Rejeição da denúncia – art. 395 do CPP	729
14.5. Citação	730
14.5.1. Considerações gerais e modalidades	730
14.5.2. Citação real	731
14.5.3. Citação ficta: citação por hora certa	733
14.5.4. Citação por edital	734
14.6. Resposta	737
14.7. Absolvição sumária – art. 397 do CPP – julgamento antecipado <i>pro reo</i>	738
14.8. Audiência de instrução, debates e julgamento – arts. 400 a 405 do CPP	742

14.9. Sentença.....	747
14.9.1. Considerações gerais: atos processuais em geral e classificação das sentenças	747
14.9.2. Requisitos da sentença	750
14.9.3. Sentença absolutória	752
14.9.4. Sentença condenatória.....	754
14.9.5. Correlação entre acusação e sentença – <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i>	755
14.9.5.1. <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i> – Crítica e questões controversas.....	759
14.9.6. Coisa julgada	761
14.9.6.1. Noções gerais – Conceito e a coisa julgada parcial	761
14.9.6.2. Coisa julgada formal e material – A relativização da sentença absolutória pela CIDH	762
14.9.6.3. Limites objetivos e limites subjetivos da coisa julgada	763
14.9.6.4. Questões específicas – Concurso formal, crime habitual, crime continuado	764
14.9.7. Sentença penal condenatória e os efeitos secundários	766
14.10. Procedimento comum sumário	770
14.11. Procedimento comum sumaríssimo – Juizado Especial Criminal (Jecrim) – Lei 9.099/1995	770
14.11.1. Critérios orientadores e objetivos do Jecrim	771
14.11.2. Competência do Jecrim	771
14.11.3. Fluxograma do rito Jecrim	773
14.11.4. Termo circunstanciado – art. 69.....	773
14.11.5. Audiência preliminar	774
14.11.5.1. Composição civil: arts. 72 e 74, parágrafo único	774
14.11.5.2. Transação penal: art. 76.....	774
14.11.6. Audiência de instrução, debates e julgamento	774
14.11.7. Sistema recursal e impugnações em geral no Juizado Especial Criminal	775
14.11.8. Suspensão condicional do processo (<i>sursis</i> processual – art. 89 da Lei 9.099/1995)	777

14.12. Procedimentos Especiais – Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público afiançáveis – arts. 513 a 518 do CPP	777
14.13. Processo e julgamento dos crimes de calúnia e injúria de competência do juiz singular – arts. 519 a 523 do CPP	778
14.13.1. Generalidades e pedido de explicações	778
14.13.2. Procedimento e audiência de reconciliação	780
14.13.3. Exceção da verdade e da notoriedade do fato	781
14.14. Procedimento do Júri	783
14.14.1. Considerações gerais	783
14.14.2. Princípios constitucionais do Júri	783
14.14.3. Procedimento da primeira fase do Júri – Sumário da culpa – <i>iudicium accusationis</i> – Arts. 406 a 421 do CPP	786
14.14.4. Pronúncia – arts. 413, 420 e 421 do CPP	789
14.14.4.1. Requisitos e crimes conexos	789
14.14.4.2. Conteúdo, vinculação, <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> e efeitos quanto à prescrição	791
14.14.5. Impronúncia (despronúncia) – art. 414 do CPP	795
14.14.6. Desclassificação – art. 419 do CPP	795
14.14.7. Absolvição sumária – art. 415 do CPP	797
14.14.8. Preparação da segunda fase do Júri	798
14.14.9. Desaforamento – arts. 427 e 428 do CPP	799
14.14.9.1. Considerações gerais	799
14.14.9.2. Hipóteses de cabimento do art. 427 e legitimidade	800
14.14.9.3. Hipóteses de cabimento do art. 428 e legitimidade	801
14.14.9.4. Aceleração de julgamento – art. 428, § 2º, do CPP	802
14.14.10. Sessão Plenária de Julgamento – considerações gerais	802
14.14.11. Instalação da sessão plenária	803
14.14.11.1. Jurados	803
14.14.11.2. Ausência do Ministério Público	804
14.14.11.3. Ausência do assistente de acusação	804

14.14.11.4. Ausência do advogado de defesa ou do defensor	804
14.14.11.5. Ausência do acusado	804
14.14.11.6. Ausência das testemunhas	805
14.14.12. Sorteio do Conselho de Sentença e Juramento – arts. 462 a 472 do CPP	806
14.14.13. Instrução e interrogatório em plenário – arts. 473 a 475 do CPP	808
14.14.14. Debates e encerramento – arts. 476 a 481 do CPP	810
14.14.14.1. Conteúdo dos debates, vedações e encerramento	812
14.14.15. Sala especial e quesitos	817
14.14.16. Sentença do Juiz Presidente – arts. 492 e 493 do CPP	824
15. Nulidades	827
15.1. Considerações gerais e natureza jurídica	827
15.2. Classificações das nulidades	828
15.2.1. A tríade tradicional – Inexistência, nulidade e irregularidade	829
15.2.2. Nulidade absoluta e nulidade relativa, sanáveis e insanáveis e cominadas e não cominadas	832
15.3. Princípios em sede de nulidades	834
15.3.1. Princípio da tipicidade das formas	834
15.3.2. Princípio da eficácia dos atos processuais	842
15.3.3. Princípio da restrição processual à decretação das nulidades	842
15.3.4. Princípio da instrumentalidade das formas e princípio do prejuízo ...	842
15.3.5. Princípio da causalidade ou da consequencialidade	844
15.3.6. Princípio da conservação dos atos processuais	845
15.3.7. Princípio do interesse	845
15.4. Formas de saneamento das nulidades	846
15.5. Nulidades cominadas no Código de Processo Penal	847
15.5.1. Art. 564, inc. I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz ...	848
15.5.2. Art. 564, inc. II – por ilegitimidade de parte	848
15.5.3. Art. 564, inc. III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes	849

15.5.4.	Art. 564, inc. IV – por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato	855
15.5.5.	Art. 564, inc. V – em decorrência de decisão carente de fundamentação.....	855
15.6.	Momento para a arguição das nulidades e nulidades sanáveis	857
16.	Recursos e ações autônomas impugnativas.....	859
16.1.	Noções gerais, natureza jurídica e o tema da execução provisória	861
16.2.	Classificação dos recursos.....	863
16.3.	Princípios em matéria recursal	864
16.3.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	864
16.3.2.	Princípio da voluntariedade.....	868
16.3.2.1.	Voluntariedade e reexame necessário (recurso de ofício) ...	869
16.3.3.	Princípio da disponibilidade dos recursos.....	870
16.3.4.	Princípio da fungibilidade, do recurso indiferente, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos	871
16.3.5.	Princípio da unirrecorribilidade, da singularidade ou da unicidade...	873
16.3.6.	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias ou da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	874
16.3.7.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	874
16.3.8.	Princípio da taxatividade	877
16.3.9.	Princípio da personalidade dos recursos <i>versus</i> princípio do benefício comum.....	878
16.3.10.	Princípio da dialeticidade.....	878
16.4.	Pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal – O juízo de admissibilidade (juízo de prelibação) e o juízo de mérito (juízo de libação).....	879
16.4.1.	Noção	879
16.4.2.	Condições recursais.....	881
16.4.2.1.	Cabimento – Possibilidade jurídica do pedido	881
16.4.2.2.	Legitimidade recursal	881
16.4.2.3.	Interesse recursal.....	882

16.4.3.	Pressupostos recursais.....	884
16.4.3.1.	Investidura	884
16.4.3.2.	Capacidade de quem formula o recurso.....	884
16.4.3.3.	Regularidade formal do recurso e tempestividade.....	885
16.4.3.4.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer	887
16.5.	Efeitos dos recursos	889
16.5.1.	Efeito obstativo	889
16.5.2.	Efeito devolutivo	889
16.5.3.	Efeito suspensivo	890
16.5.4.	Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	891
16.5.5.	Efeito extensivo.....	891
16.5.6.	Efeito substitutivo	892
16.5.7.	Efeito translativo.....	892
16.6.	Recurso em sentido estrito	894
16.6.1.	Generalidades	894
16.6.2.	Cabimento	896
16.6.2.1.	Decisão que não receber a denúncia ou queixa	896
16.6.2.2.	Decisão que reconhecer a incompetência de juízo.....	898
16.6.2.3.	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição	898
16.6.2.4.	Decisão que pronunciar o acusado.....	899
16.6.2.5.	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	900
16.6.2.6.	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor	900
16.6.2.7.	Decisão que decretar ou não a extinção da punibilidade...	900
16.6.2.8.	Sentença que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	901

16.6.2.9.	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.....	902
16.6.2.10.	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.....	902
16.6.2.11.	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	902
16.6.2.12.	Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial	902
16.6.2.13.	Decisão sobre o incidente de falsidade	903
16.6.2.14.	Decisão sobre homologação de acordo de não persecução penal	903
16.6.3.	Legitimidade do recurso em sentido estrito	903
16.6.4.	Competência recursal.....	904
16.6.5.	Regularidade formal e procedimento.....	904
16.6.6.	Efeitos.....	905
16.6.7.	Aspectos do interesse de agir.....	905
16.6.8.	Procedimento.....	906
16.7.	Apelação	906
16.7.1.	Considerações gerais.....	906
16.7.2.	Cabimento	907
16.7.2.1.	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular – art. 593, I.....	907
16.7.2.2.	Decisões definitivas, ou com forças de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito – art. 593, II.....	907
16.7.2.3.	Decisões do tribunal do júri – art. 593, III, do CPP	909
16.7.3.	Legitimidade.....	913
16.7.3.1.	Ministério Público.....	913
16.7.3.2.	Acusado.....	913
16.7.3.3.	Defensor.....	913
16.7.3.4.	Ofendido e terceiros	914

16.7.4.	Competência recursal.....	915
16.7.5.	Regularidade formal e procedimento.....	915
16.7.6.	Fato impeditivo e extintivo: não recolhimento do réu à prisão, renúncia, desistência e deserção	915
16.7.7.	Efeitos.....	916
16.7.8.	Prazo	916
16.7.9.	Lei 9.099/1995 (Cabimento, competência, prazos, regularidade formal)	917
16.8.	Embargos infringentes ou de nulidade.....	917
16.8.1.	Considerações gerais.....	917
16.8.2.	Legitimidade.....	918
16.8.3.	Cabimento	918
16.8.4.	Competência recursal.....	919
16.8.5.	Regularidade formal	919
16.8.6.	Efeitos.....	919
16.8.7.	Procedimento.....	920
16.8.8.	Prazo, interposição e os recursos extraordinários	920
16.9.	Embargos de declaração.....	921
16.9.1.	Considerações gerais.....	921
16.9.2.	Cabimento	922
16.9.3.	Natureza Jurídica.....	923
16.9.4.	Competência recursal.....	923
16.9.5.	Legitimidade.....	923
16.9.6.	Regularidade formal	924
16.9.7.	Prazo	924
16.9.8.	Efeitos.....	924
16.9.9.	Embargos na Lei 9.099/1995	925
16.9.10.	Procedimento.....	925
16.9.11.	Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos.....	926

16.10. Carta Testemunhável	926
16.10.1. Considerações gerais	926
16.10.2. Natureza Jurídica	926
16.10.3. Cabimento	926
16.10.4. Competência recursal	927
16.10.5. Regularidade formal	927
16.10.6. Efeitos	927
16.10.7. Prazo recursal	927
16.10.8. Procedimento	927
16.11. Agravo em execução	928
16.11.1. Introdução	928
16.11.2. Cabimento	928
16.11.3. Legitimidade e Interesse	929
16.11.4. Competência recursal	929
16.11.5. Regularidade formal	929
16.11.6. Efeitos	929
16.11.7. Procedimento no juízo <i>a quo</i>	930
16.12. Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial ...	930
16.12.1. Cabimento	930
16.13. Recurso Ordinário Constitucional	931
16.13.1. Cabimento	931
16.13.1.1. ROC para o STF	931
16.13.1.2. Limites da Matéria e cabimento	932
16.13.2. Recurso Ordinário Constitucional para o STJ	932
16.13.3. Procedimento	933
16.13.3.1. Decisão denegatória de <i>habeas corpus</i>	933
16.13.3.2. Mandado de Segurança	933
16.14. Recurso extraordinário e recurso especial	933
16.14.1. Considerações gerais	933

16.14.2. Cabimento	938
16.14.2.1. Cabimento do recurso extraordinário – Generalidades	938
16.14.2.2. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>a</i> – contrariedade à CF	939
16.14.2.3. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>b</i> – declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	939
16.14.2.4. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>c</i> – julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição	940
16.14.2.5. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>d</i> – julgar válida lei local contestada em face de lei federal	940
16.14.2.5.1. Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão do STJ	940
16.14.3. Cabimento do recurso especial – generalidades	941
16.14.3.1. Cabimento do recurso especial – art. 105, III, <i>a</i> – contrariedade a tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência	941
16.14.3.2. Cabimento do Recurso Especial – art. 105, III, <i>b</i> – julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	941
16.14.3.3. Cabimento do recurso especial – art. 105, III, <i>c</i> – dar à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal	942
16.14.4. Recurso extraordinário e especial – legitimidade	943
16.14.5. Recurso extraordinário e especial – interesse recursal	943
16.14.6. Recurso extraordinário e especial – processamento	943
16.14.7. Recurso extraordinário e especial – efeitos	945
16.15. Ações autônomas impugnativas	946
16.15.1. <i>Habeas Corpus</i>	946
16.15.1.1. Considerações gerais	946
16.15.1.2. Natureza Jurídica e eficácia da decisão	952
16.15.1.3. Interesse de agir	953
16.15.1.4. Possibilidade jurídica do pedido	954
16.15.1.5. Legitimidade	955

16.15.1.5.1. Legitimidade ativa e intervenção do querelante e do MP	955
16.15.1.5.2. Legitimidade passiva – O legitimado passivo é a própria autoridade coatora, aquele responsável pela coação ilegal ao paciente	957
16.15.1.6. Espécies de <i>habeas corpus</i>	957
16.15.1.6.1. Liberatório	958
16.15.1.6.2. Preventivo	958
16.15.1.6.3. Profilático ou Preservativo (Trancativo)	958
16.15.1.6.4. Individual e Coletivo	959
16.15.1.7. Hipóteses de impetração	960
16.15.1.8. Competência para julgamento	962
16.15.1.9. Procedimento	964
16.15.1.10. Recursos das decisões de <i>Habeas corpus</i>	965
16.15.2. Revisão Criminal	966
16.15.2.1. Conceito	966
16.15.2.2. Natureza Jurídica	967
16.15.2.3. Condições da ação	967
16.15.2.3.1. Legitimidade	967
16.15.2.3.2. Interesse de agir	967
16.15.2.3.3. Possibilidade jurídica do pedido	968
16.15.2.4. Hipóteses de cabimento	968
16.15.2.5. Teses e pedidos na revisão criminal	969
16.15.2.6. Procedimento	970
16.15.2.7. Ônus da prova	971
16.15.2.8. Coisa julgada	972
17. Mecanismos de consenso no Processo Penal	973
17.1. Noções gerais	973
17.2. Acordo de não persecução penal	974

17.3.	Composição civil.....	983
17.3.1.	Composição civil: arts. 72 e 74, parágrafo único.....	983
17.4.	Transação penal.....	984
17.5.	Suspensão condicional do processo.....	985
18.	Bibliografia.....	991
Apêndice–Julgamentos do STF com repercussão geral em matéria processual penal e julgamentos repetitivos do STJ em matéria processual penal.....		999
1.1.	Julgamentos do STF com repercussão geral em matéria processual penal.....	999
1.2.	Enunciados do Conselho da Justiça Federal.....	1004